



## Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná

### RESOLUÇÃO Nº 004/2019

**Considerando** que a Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná – FEMPAR deve proporcionar aos membros do Ministério Público do Estado do Paraná espaço adequado à atualização teórica e bibliográfica e troca de experiências, objetivando propiciar debates a respeito de temas de cunho jurídico (art. 3º, inc. VII, do Estatuto da FEMPAR);

O Presidente da FEMPAR, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 19, inciso VII, c.c. § 2º, do Estatuto, RESOLVE criar, sob sua subordinação técnica e administrativa, o **NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AO DIREITO**.

**Artigo 1º.** Fica criado o **Núcleo de Pesquisa e Extensão em Tecnologia e Inovação Aplicadas ao Direito**.

**Artigo 2º.** As atividades de pesquisa poderão ser exercidas por membros do Ministério Público, servidores e estagiários do Ministério Público, alunos da Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná e demais convidados.

**Parágrafo único.** Os pesquisadores serão admitidos a participar das atividades do Núcleo por ato de seu Coordenador, ou na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Coordenador.

**Artigo 3º.** As atividades de pesquisa e extensão do Núcleo serão disciplinadas, programadas e executadas pelo Coordenador e, com antecedência, comunicadas à Gerência da FEMPAR, a quem incumbirá dar o suporte administrativo necessário para as suas realizações.

**Artigo 4º.** Sem prejuízo de outras iniciativas, o Núcleo poderá emprestar apoio institucional a projetos sociais e atividades culturais que guardem afinidade com a missão constitucional do Ministério Público na defesa dos direitos humanos (artigos 127 e 129, da Constituição Federal).

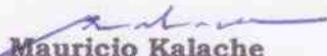
**Artigo 5º.** Não serão remuneradas, a qualquer título, as atividades de Coordenação e de participação nas atividades de pesquisa e de extensão no Núcleo.

**Parágrafo único.** Para custear as atividades promovidas ou apoiadas pelo Núcleo, nenhuma despesa será realizada ou comprometida sem prévia anuência da Presidência e, sendo o caso, da Diretoria Executiva.

**Artigo 6º.** Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência.

Publique-se.

Curitiba, 17 de abril de 2019.

  
**Mauricio Kalache**  
Presidente da FEMPAR